

# INVESTIMENTO E DINAMISMO ECONÓMICO

Mário Caldeira Dias

**Resumo:** A relação entre a poupança, o investimento, o crescimento económico e o emprego são fundamentais na propectiva de longo prazo da economia.

O Orçamento do Estado continua a constituir um instrumento fundamental na evolução desses indicadores.

A nível mundial e a nível nacional as taxas de crescimento são cada vez menores em cada período de recuperação. Em Portugal poderemos considerar, também, os efeitos do Euro na competitividade.

É importante que se procurem as vias e as instituições que possam dinamizar o investimento.

**Palavras-chave:** Investimento, crescimento económico, competitividade, políticas públicas.

**Abstract:** The relationship between saving, investment, economic growth and employment are very fundamental in the log term forecasting economic evolution.

Public Budget is a fundamental instrument to influence the evolution of those indicators.

In the global and national evolution of growth rates they are, in each recovery phase, lower and lower. In Portugal we can add the effects of the single currency (the euro) in the competitiveness.

Is very important to analyze the ways. Including the institutional ones, to promote investment.

**Keywords:** Investment, Economic growth, Competitiveness, Public policy.

**1. No médio prazo, a evolução do PIB potencial está estreitamente ligada ao nível e à composição da FBCF, à qual teremos que subtrair a depreciação do capital formado anteriormente - desgaste físico e desgaste tecnológico.**

A taxa de investimento e o nível de utilização do capital são também indicadores importantes. O nível de utilização do capital desceu dos 80%, no período de 1995-2007, para 75%, em 2016. A taxa de investimento agregado desceu dos 26,4% do PIB de 1995 para os 17,8% em 2016.

Entre 1995 e 2017, a taxa de poupança desceu de 12,9% para 5,1%. No mesmo período, a FBCF desceu de 23,3% do PIB para 16%. NA EU 28, os valores respetivos vão de 20,9% e 20,1%.

**2. O Orçamento do Estado de 2019 aponta para uma aceleração do ritmo de crescimento da FBCF. Prevê-se que aumente 0,2 P.P. em 2018 e 0,3 P.P. em 2019, atingindo 2,3% do PIB. Apesar disto, o ritmo de crescimento da FBCF passará de 16,3% em 2018, para 17,1% em 2019.**

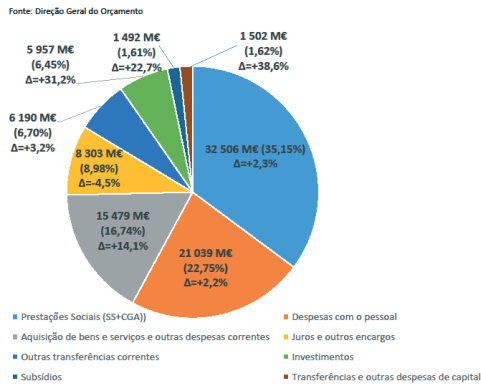
Deverá ascender a 4853 M€, mais 701 M€ face ao valor estimado para 2018.

Os grandes projetos estruturantes atingirão 1100 M€, mais do dobro de 2018, com base numa maior execução dos Fundos Estruturais: corredores internacionais da ferrovia, obras de execução do metropolitano, compra de material circulante, novos hospitais, estabelecimentos prisionais e rede escolar.

Contudo, em 2018, a FBCF ficou 400 M€ abaixo do previsto.

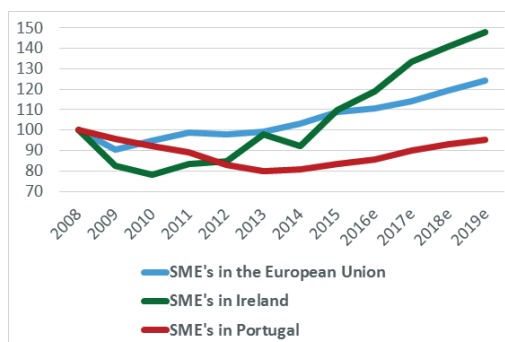
FBCF TOTAL no longo prazo. % do PIB	
1960	20,8
1970	24,6
1980	27,8
2000	28,0
2013	14,8
2016	15,5
2017	16,6 (Prov.)

## Distribuição da despesa das administrações públicas (OE 2019)



	DESPESA das AP's (2019)		Taxa de Variação
	Milhões de €	%	(Executado 2018 - Orçamentado 2019)
Prestações Sociais (SS+CGA)	32.506	35,15%	2,3%
Despesas com o pessoal	21.039	22,75%	2,2%
Aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes	15.479	16,74%	14,1 %
Juros e outros encargos	8.303	8,98%	-4,5%
Outras transferências correntes	6.190	6,70%	3,2%
Investimentos	5.957	6,45%	31,2%
Subsídios	1.492	1,61%	22,7%
Transferências e outras despesas de capital	1.502	1,62%	38,6%
Total	92.468	100%	

## Value added of SME'S (Index: 2008=100, estimates as from 2016 onwards)



Fonte: SME's Annual Report 2018-2019, European Commission

TAXAS DE CRESCIMENTO ECONÓMICO REAL(%)	
1961	3,58
1962	10,53
1970	8,47
1971	10,49
1974	2,9
1975	5,10
1980	4,76
1981	2,17
1983	0,97
1990	7,86
2000	3,79
2001-2010	0,832
2011-2013	-2,33
2014-2016	1,36
2017	2,52

Não se pretende retirar uma conclusão causa-efeito absoluta entre o investimento e o crescimento, na medida em que existem outras determinantes do investimento e do crescimento económico. A título explicativo - as expectativas criadas pelo contexto económico e dos mercados - investimento induzido.

A produtividade aparente do trabalho tem mantido, desde 1995, 2/3 da produtividade da EU 28. No momento, se desde aquela data até 2017 quase duplicou, desde 2010 apenas cresceu 7,7% (média de 1PP ao ano).

### 3. A recessão do crescimento económico.

A taxa de crescimento do rendimento per capita, no estado estacionário clássico é determinada pelo progresso tecnológico que se associa ao aumento da produtividade.

Mais recentemente (2016), Stiglitz vem chamar a atenção para o facto de a produtividade constituir a verdadeira fonte de melhoria do bem-estar e que essa produtividade assenta numa inovação tecnológica e organizacional que, por sua vez, nasce da experiência (*learning by doing*) e salienta o papel fundador de Keneth Arrow nesta teoria.

Tal facto, lembra-nos que não se realça devidamente, no Orçamento do Estado de 2019, a questão fundamental do investimento nos R.H., numa perspetiva de economia dos Recursos Humanos e não tanto de gestão dos R.H. - educação, formação, saúde, cultura, mas também atividades lúdicas e desportivas.

Contudo, estas perspetivas de desenvolvimento encontram um limite nas análises de Krugman e outros autores americanos que realizaram estudos de médio-longo prazos, constatando que quando as economias saem de uma crise, as taxas de crescimento do PIB são sistematicamente cada vez menores.

O Japão surge como o exemplo claro da recessão do crescimento económico. Não parece difícil confirmar esta análise pelas estatísticas de longo prazo.

As taxas de crescimento das economias mais desenvolvidas, de acordo com o Banco Mundial, são as seguintes, entre 2015 e 2020:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Mundo</b>	2,8	2,4	3,1	3,1	3,0	2,9
<b>EUA</b>	2,9	1,5	2,3	2,7	2,5	2,0
<b>Zona Euro</b>	2,1	1,8	2,4	2,1	1,7	1,5
<b>Japão</b>	1,4	1,0	1,7	1,0	0,8	0,5

É provável que, as taxas de crescimento dos EUA para 2019 e 2020 sejam revistas em alta, o que não altera, de forma significativa, o panorama geral da tendência e nível das taxas de crescimento das economias mais desenvolvidas.

#### 4. O Investimento

O investimento surge-nos como o meio através do qual são veiculadas a inovação tecnológica e toda a capacidade futura de crescimento potencial. No entanto, consiste na condição necessária mas, por si só, não suficiente para que o processo de melhoria ocorra, na medida em que pressupõe a existência de outras dimensões qualitativas ligadas às funções de produção e sofre dos condicionamentos relacionados com as próprias empresas e com as condições de contexto.

Alguns constrangimentos:

- Ausência de estratégias de competitividade e de aposta em sectores com maior projeção nas cadeias de valor.
- Debilidade estrutural do sector empresarial, nomeadamente no que respeita à ligação à I&D.
- Insuficiência de capitais próprios.
- Limitações do IDE face aos custos de contexto – burocracia, justiça, fiscalidade....
- Faltam qualificações? A determinante da formação são a oferta formativa ou o investimento?

No que se refere em particular ao IDE vários fatores condicionam a sua localização.

Nos fatores que implicam com a decisão de investir contam-se, entre outros:

- A estabilidade económica, política e social.
- Os mercados de inputs, os impostos e os incentivos.
- Os transportes, a logística e as telecomunicações.
- Os custos do trabalho e nível de qualificação.
- A legislação laboral e nível de proteção social.
- Ambiente e agentes de inovação.
- Acesso aos mercados e sua evolução prospetiva (crescimento, população, rendimento per capita...).

No que se refere às necessidades expressas pelos investidores em inquérito às empresas e investidores promovido pela Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado:

- Mercado de capitais focado na economia real e que incentive o investimento produtivo de longo prazo.
- Estabilidade fiscal, certeza e previsibilidade dos impostos.
- Generalização dos mecanismos de rating e análise financeira.
- Mercados de capitais eficiente e adaptado às necessidades das PME's.

## **5. A discussão mais qualitativa do investimento focado nos Recursos Humanos**

Na medida em que as novas tecnologias se compram incorporadas no equipamento, salientam-se, neste ponto, o investimento imaterial em qualificações, tanto mais que o software informático e de comunicações pode ser olhado com uma lógica própria. Restará então o problema do investimento nos Recursos Humanos.

Tal como o investimento na sua aceção mais global, trata-se da utilização de recursos para, no essencial, melhorar as capacidades ou competências dos Recursos Humanos – saber, saber-fazer, saber-estar e saber relacionar-se.

As suas características são distintas de outros recursos:

- Têm uma dimensão psicológica que condiciona as suas atitudes e comportamentos;
- São os criadores de todos os outros recursos, em momentos diferentes do tempo e, em particular, da inovação tecnológica;
- São passíveis de progresso através de processos simples ou complexos de aprendizagem e transmissão de conhecimentos.

Tal como no investimento, na sua ótica mais típica, o investimento nos RH constituem uma condição necessária, mas não suficiente para que as empresas, a economia e o país se desenvolvam, porque:

- as qualificações para além da sua qualidade terão que ser relevantes, isto é, servirem para alguma coisa.
- os processos produtivos, para além dos RH, pressupõem a todos os aspetos quantitativos e qualitativos que compõem as suas funções de produção e tendo em consideração os contextos envolventes.

De qualquer modo, é obvia a correlação, no médio-longo prazos, entre o nível de rendimento per capita, a percentagem de investimento em relação ao PIB e o número de anos de escolaridade.

A teoria do capital humano reforça esta constatação através do cálculo das taxas de rendabilidade interna positivas, embora variáveis de acordo com os níveis de conteúdos dos diversos tipos de ensino.

## **6. O papel das instituições**

A perceção da importância do investimento conduziu à assunção de que o Estado deveria ter um papel relevante, nomeadamente através dos Fundos Estruturais da União Europeia.

Apesar de existir educação e formação fora da órbita do Estado, a sua intervenção constituiu o grosso do processo educativo/formativo. A relevância do processo de melhoria das competências face às necessidades da economia, podem ser interpretadas a dois níveis:

- o dos graus de empregabilidade dos diversos cursos.
- o do número de inovações provocadas ou promovidas pelas instituições de ensino/investigação.

A crescente intervenção na investigação por parte das universidades e na relação com parceiros externos, nomeadamente empresariais, apontam no bom sentido.

## **7. Conclusões**

Sem investimento não existe o futuro que assegure uma boa evolução do nosso bem-estar.

Deverá criar empregos tão abundantes e bem remunerados quanto seja possível. Contudo, nos actuais mercados abertos tal só é possível com o aumento



da competitividade dos bens (ou serviços) transacionáveis. A competitividade resulta da produtividade ou da qualidade percebida, pelos agentes económicos, implícita nos bens e serviços. A inovação tecnológica e organizacional terão que fazer parte das consequências do investimento. A falta de competitividade, nas nossas economias, ajusta pelo desemprego e pelo empobrecimento. Os custos de contexto, energéticos, fiscais e outros continuam a pesar. As políticas da oferta não têm sido tão relevantes quanto poderiam ou deveriam ser, tal como a orientação para sectores privilegiados na perspectiva da captação de valor e não apenas da criação de valor. Poderemos esperar tudo isto do investimento interno e estrangeiro ou seremos capazes de fazer o suficiente para que tal aconteça? As tendências acima referidas não permitem um grau de optimismo razoável. A entropia sistémica é clara.

A relação do nosso crescimento económico com a FBCF, com a criação de emprego, com a natureza do emprego, com o VAB e com a evolução salarial poderia ser um tema ilustrativo, entre outros, da contenção desse optimismo.

## Referências

Dados- INE, B.R., Pordata.

Cadernos de Encargos “Investimento e Economia”, elaborado por Mário Caldeira Dias (coord.), Álvaro Matias, Ricardo Alves, Andreia Correia, Mário Antão, Joaquim Alves, Manuel Pires, António Rebelo de Sousa, Fernando Martins e Miguel Coelho.

Quadros sobre o Orçamento do Estado de 2019 cedidos pelo COMEGI – Professor Luís Valadares Tavares

Krugmann, P. (2009) – A Recessão do Crescimento Económico – Ed. Presença.

Stiglitz, J.; Greenwald, B. (2016) – Por uma Sociedade de Aprendizagem – Bertrand Editora

Orçamento do Estado 2019 – Parecer do C.S.F.

Dias, M. C. – A Evolução dos Serviços Públicos de Emprego – Texto didáctico não publicado.

Dias, M. C. – Desemprego Qualificado – Anuário O Economista de 2018 – Ed. Ordem dos Economistas – 60-66.

Dornbusch, R.; Fisher, S.; Startz, R. – Macroeconomia – Ed. McGraw-Hill – Ed. – 8ª edição.